

**Universidade Estadual de Goiás  
Câmpus Itaberaí**

Juliana Cristina de Moraes Silva  
Ludmylla Cesário de Oliveira

**Escola e família: uma relação importante para a  
aprendizagem**

ITABERAÍ  
2015

Juliana Cristina de Moraes Silva  
Ludmylla Cesário de Oliveira

## **Escola e família: uma relação importante para a aprendizagem**

Trabalho Final de Curso apresentado à  
Universidade Estadual de Goiás, Câmpus  
Itaberaí, como requisito parcial para a  
conclusão do curso de graduação em  
Pedagogia, sob orientação da Professora  
especialista Lílian Barbosa Moraes.

ITABERAÍ  
2015

Agradecemos a Deus, por ter nos dotado da capacidade de aprender e desenvolver habilidades, pela finalização do estudo que nos prepara para ensinar as pessoas, sobretudo capacitá-las para a vida. Aos nossos familiares, pelo apoio e dedicação durante essa jornada que de fácil não teve nada. Um agradecimento todo especial aos nossos dedicados professores, pelos quais nutrimos um enorme carinho e respeito.

Dedicamos este trabalho a nossa família que, por inúmeras vezes, estiveram privados de nossa presença. Aos professores que muito nos auxiliaram nesta caminhada, em especial a nossa professora Lílian Barbosa, pelo apoio e orientação, para que este trabalho alcançasse a qualidade que agora apresenta.

“A educação do homem começa no momento do seu nascimento; antes de falar, antes de entender, já se instrui”.

Jean Jacques Rousseau

## RESUMO

O presente trabalho representa a propositura de uma ação de pesquisa bibliográfica embasada na necessidade de entender o quão importante é a relação entre família e escola. A família é a primeira instituição de que se tem notícia, acontecendo no seio desta as primeiras instruções no sentido do conhecimento. A escola é o local de formalização deste conhecimento. Logo, ambas devem se unir de forma que facilitem o aprendizado dos alunos. No decorrer do primeiro capítulo, estabeleceu-se o histórico da educação, em cada período da história, de modo que leva à compreensão de como a mesma se estruturou. O segundo capítulo contextualizou a família com suas transformações ao longo da história e refletiu o papel de cada instituição, família e escola, nesse processo de ensino e aprendizagem. Por último, o terceiro capítulo abordou duas concepções de aprendizagem e uma reflexão sobre estas e suas possíveis relações entre família e escola, bem como uma ponderação sobre a participação da família na aprendizagem escolar da criança.

**Palavras chave:** Educação, Família, Escola, Aprendizagem.

## **ABSTRACT**

The present work represents the bringing of an action of bibliographical research based on the need to understand how important the relationship between family and school is. The family is the first institution that's ever been known, happening within this the first statements in the sense of knowledge. And the school the site of formalizing this knowledge. Soon, both must unite in order to facilitate student learning. During the first chapter established the history of education, in every period of history so an understanding of how it is structured. The second chapter contextualized-if the family with their transformations throughout history and reflected the role of each institution, family and school, in the process of teaching and learning. Finally, the third chapter addressed two conceptions of learning and a reflection on these and their possible relationships between family and school, also a weighting on the participation of the family in learning family participation in the learning of the child.

**Keywords:** Education, Family, School, Learning.

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>9</b>
1.1 Educação geral	9
1.2 Educação no Brasil	11
<b>2. FAMÍLIA: CONTEXTUALIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR</b>	<b>17</b>
2.1 O papel da escola e da família na aprendizagem escolar: o papel de cada instituição	20
<b>3. CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM E UMA REFLEXÃO SOBRE ESTA E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA</b>	<b>25</b>
3.1 Concepção de aprendizagem segundo Piaget	27
3.2 Concepção de aprendizagem segundo Vygotsky	28
3.3 A importância da participação da família na aprendizagem escolar	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>34</b>

## INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de pesquisa bibliográfica sobre a relação entre escola e família no processo de aprendizagem da criança, no qual foram pesquisados vários autores como: Manacorda (1996), Ariès (1978), Bello (2015), Paro (1995), e outros para a elaboração da mesma. Consiste no desafio de encontrar um equilíbrio entre dois temas relevantes da sociedade, para delimitar e distribuir cuidadosamente a responsabilidade, tendo em mente que a família e a escola são organizações humanas. Essa dimensão é muito importante para compreender a qualidade da educação e da aprendizagem proporcionada em ambas as partes.

Existem evidências de que a família e a escola exercem grande importância na tarefa educativa e isso pode influenciar no rendimento escolar. Dessa forma, observa-se que família e escola podem e devem caminhar juntas na educação das crianças, proporcionando, assim, uma educação de qualidade.

No primeiro capítulo estabeleceu-se o histórico da educação em cada período da história, a fim de se observar como a educação acontecia nesses períodos, como também do surgimento da escola e suas funções acerca da didática e disciplina. Do mesmo modo, fala sobre a educação no Brasil, sua originalidade através da revolução francesa, onde ela se desenvolveu juntamente com a evolução educacional e se mistura com a história do Brasil.

No segundo capítulo abordou-se a família, sua contextualização e influência no processo de aprendizagem escolar do filho, as transformações ocorridas através dos tempos, na mudança pelas quais o núcleo familiar passa, onde os pais se vêem responsáveis pelo cuidado e formação de seus filhos, e sobre o papel de cada instituição nesse processo de ensino e aprendizagem.

No terceiro e último capítulo, foram trazidas as concepções de aprendizagem e uma reflexão sobre estas, com as possíveis relações entre família e escola. Este capítulo versou, ainda, sobre duas concepções de aprendizagem para entender melhor esta relação família e escola, sendo elas as concepções de Piaget (2008) e Vygotsky (1996). Finaliza o texto com uma reflexão sobre a participação da família na aprendizagem escolar da criança, na escola, ressaltando como ela tem o determinante papel de transformar a vida da mesma e seu bom andamento escolar.

## 1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

### 1.1 Educação geral

Pode-se considerar que a educação passou por vários períodos, atendendo a determinados objetivos, que correspondiam a visões de homem e de mundo da época. Sabendo que em toda sociedade se produz riquezas a partir da exploração da maioria dos seus habitantes, fica claro que o saber não é democratizado.

No decorrer da educação primitiva não existia educação formal em instituições escolares, sendo que os ensinamentos se davam por experiências diárias e orientações dos mais velhos. O objetivo dessa educação era o ajustamento da criança ao seu ambiente físico e social. Aos chefes de família era dada essa missão, sendo então os primeiros professores. Esse ensino entre os grupos primitivos ocorria de forma espontânea, as crianças e os jovens aprendiam por imitação, observando os maiores em suas atividades prioritárias, que eram a pesca, a caça e a agricultura. A educação, aqui, cumpria a função de treinamento para a guerra e rituais sagrados (MANACORDA, 1996).

No Egito antigo existiam quatro grupos de pessoas que recebiam ensino diferenciado: o faraó e os senhores da corte, os escribas e todos aqueles que se dedicavam às funções administrativas, os artesãos e os escravos. Observa-se, nesse período, que o núcleo dos nobres não interessava ensinar seus filhos a escrever. A escrita era apenas um instrumento que permitia registrar os atos oficiais e administrativos. A tarefa de escrever era dada aos escribas que aprendiam esta arte com os pais. Além disso, as relações que se desenvolviam no interior dos círculos do poder impunham que o ensino fosse destinado para que estas pessoas incorporassem o aprendizado de um sentimento de obediência e submissão (MANACORDA, 1996).

Na Roma antiga isso não era diferente. O primeiro educador era o pai. A autonomia da educação paterna era uma lei do Estado que via o pai como dono e artífice de seus filhos. A monarquia romana dessa época era constituída por proprietários de terras e dos núcleos rurais, dos quais faziam parte as mulheres, os filhos, os escravos, os animais e qualquer outro bem. Aqui, o pai proprietário exercia

sobre eles um poder soberano que lhe permitia matar os filhos anormais, prender, flagelar, condená-los aos trabalhos agrícolas forçados, vender ou matar os filhos rebeldes. A educação no interior dessa família visava ao ensino das letras, do direito e o domínio das condições para desempenhar as atividades políticas. O Estado impediu o livre acesso do povo simples à arte da palavra. As poucas escolas existentes eram mais um meio para a capacitação de um grupo restrito de indivíduos no poder do Estado. Nesse período, o aspecto mais relevante passou a ser o desenvolvimento individual do ser humano, que foi preparado para o desenvolvimento intelectual e de sua personalidade e cidadania. Os ideais dessa época eram pautados na liberdade política e moral e no desenvolvimento intelectual. O marco educativo desse período foi o aperfeiçoamento da personalidade através do conhecimento (MANACORDA, 1996).

Já no período medieval, a educação passa a ter uma intenção. Passou a ser organizada em escolas fechadas e separadas para a classe dominante. Surge a necessidade de criação de um espaço educacional com a sistematização da escrita. Havia uma divisão do ensino por classes em que as crianças do povo frequentavam as escolas elementares, aprendendo ler, escrever e contar. As escolas superiores ou eruditas, frequentadas por filhos de funcionários e chefes, ensinavam, além do elementar, astronomia, matemática, música, poesia, etc. A educação escolar caminhava ao lado da educação familiar. Essa forma de educar não continha nenhum instrumento institucionalizado, eram os pais que ensinavam, na prática, e seus filhos reproduziam. Aparece aqui o dualismo escolar que destina um tipo de ensino para o povo e outro para os filhos dos funcionários. Parte da comunidade foi excluída da escola e restringida à educação familiar informal (MANACORDA, 1996).

No decorrer da educação medieval, notou-se uma profunda relação da educação com a doutrina da Igreja Católica, fé cristã e com as instituições eclesiásticas. Esse período foi conhecido como o século das trevas por disseminar uma educação conservadora com a entrada dos jesuítas. Estas instâncias tornaram-se as únicas delegadas a educar, formar e a conformar. Essencialmente religioso, dogmático, com predomínio das matérias abstratas, literárias, e prejuízo da educação intelectual e científica (MANACORDA, 1996).

No período da educação moderna ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado que trouxe a consolidação da burguesia. Com isso, as duas instituições educativas, família e escola, sofreram profunda redefinição e reorganização.

A família, retomada como núcleo de afetos, elaborava um sistema de cuidados e de controles da criança. Os pais não se contentavam mais em apenas colocar filhos no mundo. Inicia-se, portanto, a necessidade de preparar todos os filhos para a vida. A tarefa de assegurar tal afirmação é atribuída à escola.

Ao lado da família, a escola iniciou uma função formativa ensinando conhecimentos e comportamentos, que se articulavam em torno da didática e de uma disciplina. A escola reorganizava suas próprias finalidades e seus meios específicos. Diante da criação da instituição do colégio (no século XVI), teve início um processo de reorganização disciplinar da escola e de racionalização e controle do ensino, através da elaboração de métodos (MARQUES, 2008).

Dessa forma Paiva (2005) pontua que a liberdade, a atividade pela experiência, a diferença entre a mente da criança e do adulto e uma educação integral que atenda aos aspectos físicos, intelectuais e morais são pressupostos para a essa nova educação.

Nesse cenário mundial de surgimento da educação, ressalta-se a educação nacional brasileira que será abordada na próxima seção.

## **1.2 Educação no Brasil**

A educação nacional teve sua origem com a Revolução Francesa, essa forma de educação tinha como pressuposto que a responsabilidade pelo estabelecimento da escola primária universal, gratuita e obrigatória, com vistas à formação da consciência patriótica era dever do Estado.

A história da educação brasileira desenvolveu-se com rupturas marcantes cuja evolução se mistura com a história do Brasil. Tem início com a chegada dos portugueses, sendo padronizada segundo os padrões europeus que priorizavam o ensino para a religião. No Brasil, até então, se praticava um modelo de educação livre entre os indígenas, em que as crianças aprendiam observando os trabalhos dos adultos.

Quando os jesuítas chegaram em 1549, trouxeram também os métodos pedagógicos, que vigoraram por cento e vinte anos (PAIVA, 2005). Eles tinham como missão catequizar os nativos que aqui viviam para integrá-los à Igreja Católica. A educação para os indígenas tinha como objetivo inseri-los nos rituais cristãos e colonizá-los para que adotassem regras e organizações sociais europeias. Paiva (2005) afirma que, assim que os jesuítas chegaram ao Brasil, fundaram escolas e começaram a ensinar a ler, escrever, contar e cantar tendo como meta preparar cristãos para o ofício de ensinar e doutrinar.

Fica claro no relato do discurso do padre Manuel Torres da Bahia, em 1558, a finalidade dos jesuítas ao ensinar. Lima (1969, p. 51) descreve o relato do padre que diz:

“A lei, que lhes não de dar, é defender-lhes de comer carne humana e guerrear sem licença do Governador, fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhe bastem”.

Aqui o ensino jesuítico visava à obediência e submissão dos indígenas, como também, fornecer educação aos filhos dos colonizados, oferecendo, além das primeiras letras, os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários e curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação dos sacerdotes.

A atuação dos jesuítas decorreu por mais de dois séculos. Tinham o propósito de formar novos padres, criando escolas de ordenação e ofereciam formação a filhos dos colonos e mestiços. Este trabalho evoluiu muito e os jesuítas, sendo precursores, mantiveram o monopólio na construção de seminários, colégios e internatos no Brasil. Durante esse período, a educação era oferecida somente para homens, enquanto as mulheres ficavam limitadas aos afazeres domésticos. Em 1665, D. Afonso permitiu a abertura de um convento em Salvador, onde as mulheres puderam ser incluídas na educação (LIMA, 1969).

Os jesuítas tiveram forte influência na educação sobre a sociedade burguesa. Introduziram uma concepção de educação que contribuía para o fortalecimento das estruturas de poder e de privilégios para um pequeno grupo. Incutiram a ideia de exploração de uma classe sobre a outra como caminho normal e necessário para o

desenvolvimento. Para eles a educação tinha papel de ajudar a perpetuar as desigualdades sociais (LIMA, 1969).

Esse modelo de ensino jesuítico manteve-se até 1759, quando foram expulsos do país pelo Marquês de Pombal e, com essa expulsão, o sistema educacional no Brasil entrou num colapso, marcando o primeiro retrocesso no sistema educacional, como bem colocou Lima (1969, p. 34),

“A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os beneditinos, os franciscanos e os carmelitas”.

A expulsão dos jesuítas inicia uma nova fase da educação no Brasil. A mesma enfatizava a razão e a ciência como formas de explicação das coisas, acreditando que a razão se contrapunha à fé. Marquês de Pombal era conhecido como um homem pragmático, de ideias Iluministas, valorizava a razão e a experiência. Pensava na criação de uma educação para a cidadania. Teve-se início a proposta do ensino público e laico no Brasil (RIBEIRO, 1995).

Estas reformas feitas por Pombal desestruturaram o sistema educacional estabelecido pelos jesuítas, tomando-lhes os bens e fechando todos os colégios por eles construídos. Para programar um novo modelo de educacional no Brasil, Pombal estabeleceu tributos sobre as exportações para financiar a educação. Ribeiro explica isso dizendo:

“Com os recursos deste imposto, chamado subsídio literário, além do pagamento dos ordenados aos professores, para o qual ele foi instituído, poder-se-iam ainda obter as seguintes aplicações: 1) compra de livros para a constituição da biblioteca pública, subordinada à Real Mesa Censória; 2) organização de um museu de variedades; 3) construção de um gabinete de física experimental; 4) ampliação dos estabelecimentos e incentivos aos professores, dentre outras aplicações” (1995, p. 128).

Com a implantação desse subsídio literário, imposto colonial para custear o ensino, houve um aumento no número de aulas régias, ainda muito precário devido à escassez de recursos, de docentes preparados e da falta de um currículo regular.

Com a vinda da família real, Dom João VI, vendo as necessidades da sua corte, instituiu o Plano de Educação (1812) com curso primário, institutos de formação profissional, Liceus correspondentes ao ensino médio, Academias, oferecendo cursos superiores e a Academia Real Militar. Em 1822, Dom Pedro I promulga a Constituição que garantia a gratuidade do ensino primário. Observa-se,

nesse período, a criação de escolas para meninos nos conventos e para meninas nas casas religiosas (RIBEIRO, 1995).

Até a Proclamação da República, em 1889, pouco se fez de fato pela educação brasileira, um período marcado por poucos investimentos na educação com escolas em péssimas condições e professores mal remunerados.

Com a Proclamação da República, ocorre, novamente um novo momento para a educação no Brasil. Com influências positivas, a educação adotou princípios de liberdade e gratuidade do ensino na escola primária. Visava a formar alunos para os cursos superiores e substituir a predominância literária pela científica no ensino.

Surgiu a primeira grande geração de educadores como: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Almeida Júnior, entre outros, que liderou o movimento de renovação, tentou implantar no Brasil os ideais da Escola Nova e divulgou o Manifesto dos Pioneiros em 1932, documento histórico que resguardava os pontos centrais desses movimentos, redefinindo o papel do Estado (ROMANELLI, 1991).

Com a mudança política no país, em 1946, foi adotada a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e estabelecido que a União legislaria sobre as diretrizes e bases da educação nacional, elegendo também a educação como um direito a todos os brasileiros.

Ainda, segundo Bello (2015), o então Ministro Clemente Mariani criou uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional na época. Em novembro de 1948 este anteprojeto foi encaminhado à Câmara Federal, dando início a uma luta ideológica em torno das propostas apresentadas.

Este autor acrescenta que, depois de treze longos anos de acirradas discussões, foi promulgada a Lei 4.024, em 20 de dezembro de 1961, sem as vantagens do anteprojeto original, prevalecendo reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros.

Nesse cenário, no Estado da Bahia, Anísio Teixeira inaugura o Centro Popular de Educação (Centro Educacional Carneiro Ribeiro), em que deu início sua ideia de escola-classe e escola-parque; no Estado do Ceará, o educador Lauro de

Oliveira Lima inicia uma didática baseada nas teorias científicas de Jean Piaget (BELLO, 2015).

Vale ressaltar a ruptura sucedida na Educação no período do golpe militar, pois ocorreu uma grande atitude para revolucionar a educação e com isto ela deixou de ser democrática, sendo muitos professores presos e demitidos, Universidades invadidas com estudantes presos e feridos no confronto com a polícia e alguns até mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar (BELLO, 2015).

Nesta época o vestibular foi adotado como classificação para o ingresso nas Universidades, além de uma iniciativa para acabar com o analfabetismo foi o programa MOBRAL, que mantinha em sua didática Método Paulo Freire. Esse programa propunha erradicar o analfabetismo no Brasil, porém não conseguiu sendo extinto e substituído pelo projeto Fundação Educar (BELLO, 2015).

É nesse período da ditadura militar, no qual qualquer expressão popular contrária aos interesses do governo era abafada pelas agressões físicas, que foi instituída a Lei 5.692, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1971.

A respeito desse período na educação no Brasil Bello diz que:

“No fim do Regime Militar, a discussão sobre as questões educacionais já havia perdido o seu sentido pedagógico e assumido um caráter político. Para isso contribuiu a participação mais ativa de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo do que as questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e estudante e à dinâmica escolar em si mesma. Impedidos de atuarem em suas funções, por questões políticas durante o Regime Militar, profissionais de outras áreas, distantes do conhecimento pedagógico, passaram a assumir postos na área da educação e a concretizar discursos em nome do saber pedagógico. No bojo da nova Constituição, um Projeto de Lei para uma nova LDB foi encaminhado à Câmara Federal, pelo Deputado Octávio Elísio, em 1988. No ano seguinte o Deputado Jorge Hage enviou à Câmara um substitutivo ao Projeto e, em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresenta um novo Projeto que acabou por ser aprovado em dezembro de 1996, oito anos após o encaminhamento do Deputado Octávio Elísio” (2015, p. 111).

Em uma democracia até então nunca vivida no país, é decretada em 21 de dezembro de 1961 a Lei 4.024 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que dá às escolas maior autonomia na sua organização administrativa, disciplinar e didática, desafiando o ensino privado a se reorganizar, questionando o modelo educacional vigente e defendendo uma educação alternativa aos modelos tradicional e técnico-desenvolvimentista. A renovação dos estabelecimentos de

ensino estende-se a todo setor privado, mesmo durante a ditadura militar é possível continuar com a renovação pedagógica.

Estas novas Diretrizes e Bases foram aprovadas com a Lei 9.394, sendo um notável marco para a educação brasileira. Seu texto final sofreu grandes alterações nos anos em que tramitou pelo Congresso, organizando o sistema de ensino em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Nessa perspectiva, o Governo Federal, representado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), organiza e financia o sistema federal de ensino e presta assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade compulsória. Fazem parte do sistema federal basicamente as Universidades, as Instituições de Ensino Superiores isoladas, Centros Federais de Educação Média Tecnológica e uma rede de escolas técnicas agrícolas e industriais de Ensino Médio. Além da responsabilidade direta pela rede de ensino superior, o Governo Federal torna-se também responsável pelo programa nacional de apoio à pós-graduação. O ensino passa a ser dividido em Educação Básica, Média e Superior (OLIVEIRA, 1995).

Segundo a Lei n. 9.294 (1996, p. 1), o sistema educacional tem o papel de dar a "garantia de padrão de qualidade", não importando se pública ou particular, ambas têm o dever de oferecer condições reais de aprendizagem, principalmente a pública, pois abrange a maior parte da população. Ainda, segundo essa Lei a educação, é dever da família e do Estado e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A educação é um instrumento importante que viabiliza a prática da gestão democrática, pois seu papel é disseminar a filosofia, o pensamento, o comportamento e as relações humanas que os alunos necessitam para viver numa sociedade.

Nessa perspectiva, o próximo capítulo trata de compreender o processo histórico pelo qual passou e passa a construção das famílias num contexto social e cultural.

## 2. FAMÍLIA: CONTEXTUALIZAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR

Para problematizar as questões relacionadas à família, seu papel e dinâmica de funcionamento no decorrer dos tempos, faz-se necessário compreender e definir o sentido atribuído ao próprio conceito. Conforme Minuchin (1990, p. 53), “a família se caracterizaria como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação dos membros da mesma, considerando-a igualmente como um sistema que opera através de padrões tradicionais”.

Neste sentido, esse autor salienta que, enquanto unidade social, a família enfrenta uma série de tarefas, deferindo no nível dos parâmetros culturais e possuindo as mesmas raízes universais.

Ariès complementa esse conceito de família afirmando que a mesma é

Composta do casal e crianças, a família tinha como função a conservação material dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua cotidiana, num mundo em que o homem, e mais ainda uma mulher, isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e da vida (1978, p.10).

Segundo esse autor, nessa época as famílias se estruturavam em função de um objetivo prático de sobrevivência. Não havia tanta afeição pelos filhos. Um dos motivos para isso era que as crianças não tinham vida longa, por causa da falta de higiene e cuidados. Acreditava-se na necessidade de não se apegar tanto a elas, pois morriam cedo. Assim, no século XVII, a infância era ignorada. Não havia sentimento de respeito e não se acreditava na inocência delas.

A grande mudança nesse costume se deu no fim desse século, em função de uma preocupação sobre a infância. Educadores começaram a se inquietar com as linguagens utilizadas em livros e também com o pudor e cuidados com a castidade das crianças. Essa criança adquire dentro da família uma importância e começa a se falar sobre a sua fragilidade, comparando-a com os anjos. A concepção moral da infância associava a fraqueza com a inocência, pois refletia a pureza divina da criança. A educação passa a ser vista como a obrigação humana mais importante. Com o surgimento deste sentimento de apego e afeto, a criança passa a ser definida

como um período de ingenuidade e fragilidade, que deve receber todos os incentivos possíveis para sua felicidade (ARIÈS, 1978).

Percebe-se a transformação ocorrida ao longo dos tempos no âmbito das relações construídas no meio familiar. Tais modificações se processam de maneira a estreitar os vínculos sentimentais entre adultos e crianças. Os pais se veem responsáveis pelo cuidado e formação de seus filhos. Para Ariès,

A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre cônjuges, e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se expirou, sobretudo, através de importância que se passou a atribuir à educação. Não se tratava mais, apenas de estabelecer os filhos em função dos bens e da honra. (...) a família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma importância; a criança saiu do anonimato, tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (1978, p.11).

Esse autor ainda acrescenta que

No processo de formação da criança, as experiências vividas no âmbito familiar serão refletidas no comportamento do indivíduo quanto adulto. Deste modo, a família transfere ao mundo externo o papel que a ela caberia, sobretudo no período da infância dos filhos. Se os pais se negam, por falta de tempo ou dificuldade em fazê-lo, a conduzir a educação e o direcionamento da criança, a sociedade cuidará em realizar tal tarefa (1978, p.155).

Desta forma, no âmbito da sociedade brasileira, o histórico sobre a família é marcado por especificidades estruturais que sofreram transformações com o passar dos tempos. Como fatores influenciadores dessas mudanças, os aspectos sociais, políticos e econômicos contribuíram para as modificações ocorridas. A família torna-se a guardiã de costumes, comportamentos e saberes capazes de promover um indivíduo seguro, consciente, um sujeito atuante e crítico, dotado de discernimento, pronto para agir diante das adversidades pessoais e do grupo social no qual está inserido.

A afetividade advinda da família torna-se um fator de grande relevância na formação da criança. A maneira como se relaciona com os demais indivíduos, sua segurança e determinação, atitude autônoma diante dos problemas depende de sua afetividade. Tiba completa dizendo que

A instituição familiar representa a matriz, o início da vida, onde a estrutura elementar de afetividade se esboça. Para a criança, os reflexos das experiências vividas com a família serão sentidos no decorrer de sua vida. O papel representado pela mãe ultrapassa a esfera do provimento à vida, inclui proteção, afetividade e ensinamento (1996, p. 89).

Parolin (2005, p. 15) concorda com essa relevante função da família ao dizer que “é em família que uma criança constrói seus primeiros vínculos com a aprendizagem e forma seu estilo de aprender”.

Grande parte dos distúrbios de comportamento pode ser o reflexo do desequilíbrio social e emocional das relações existentes desde família, que é a primeira unidade com a qual a criança tem (ou deveria ter) contato contínuo e é também o primeiro contexto no qual se desenvolvem padrões de socialização.

Entende-se que nem sempre as experiências vividas no âmbito familiar asseguram uma formação condizente com os anseios da família e da sociedade. O mundo globalizado condicionou o indivíduo a viver em um universo onde o discurso contradiz a prática (PAROLIN, 2005).

Nossa sociedade é caracterizada, predominantemente, pelas desigualdades sociais em que famílias lutam com diversas dificuldades para sobreviver e, principalmente, para educar seus filhos.

Quanto à organização da estrutura familiar, sabemos que existem os mais variados tipos de família. Observa-se a família administrada por apenas um dos pais. A família constituída pelos avôs, tios e outros, com ausência dos pais. A família em que os cônjuges são de culturas e religiões diferentes, situações que provocam, na criança, controvérsias entre as linguagens, os aspectos culturais e a formação religiosa. E a família formada de um casamento de um dos pais, uma vez que isso exige uma adaptação muito delicada da criança ao novo companheiro da mãe, companheira do pai e até aos novos irmãos. Pode ser afirmado que a família é um dado essencial de nossa civilização. O modo pelo qual organizamos nossas famílias demonstra, na prática, o que é a nossa cultura (PAROLIN, 2005).

Por isso, reafirma-se a família como núcleo instituidor do ser como sujeito. É preciso repensar a possibilidade de propiciar a convivência e os diálogos entre pais e filhos. É necessário recriar a vida familiar e a conversa franca entre os seres humanos. É urgente se restabelecer os limites em qualquer relacionamento. Pois, sem limites, as famílias se perderão. Os limites fazem parte da formação da família e da sociedade. Em qualquer família sadia seus membros devem saber diferenciar os papéis de cada um (PAROLIN, 2005).

Se a relação entre pais e filhos em casa for sadia, agradável, estruturante, isso refletirá de forma satisfatória no ambiente escolar, mas se pelo contrário, for sem estrutura, doentia ou negligenciada, refletirá de forma inversa na escola. Isso porque a aprendizagem também se dá em virtude das emoções envolvidas nesse processo.

Naturalmente, depois da família, é na escola que as crianças permanecem mais tempo e, dadas suas características e funções, é em geral um importante espaço de avaliação dos alunos cujo comportamento está marcado pela característica familiar. Dessa forma, as relações entre esses dois sistemas são de fundamental importância para o processo de aprendizagem.

Nesta perspectiva, a família e a escola juntas fazem um trabalho de integração, em que o aluno seja o principal sujeito dessa aprendizagem e o professor um mediador formal em conjunto com a família.

## **2.1 O papel da escola e da família na aprendizagem escolar: o papel de cada instituição**

Nesse cenário de mudança com relação a visão de infância, a educação ganha terreno. Surge como instrumento para colocar a criança em seu lugar, ainda que com uma função disciplinadora. Assim, surge a escola, sem ainda uma definição específica de com que idade a criança pode ingressar. Isto porque os referenciais ainda não eram a educação das crianças. Essa escola medieval não era destinada às crianças, mas uma espécie de escola técnica destinada à instrução dos clérigos, que acolhia da mesma forma as crianças, os jovens e os adultos, precoces ou atrasados, ao pé das cátedras magistrais (SOUSA E FILHO, 2008).

Na atualidade a escola é, na maioria das vezes, encarada como um espaço, de transformação. Assim sendo, prepara crianças e jovens para um mundo que exige novas competências.

Ainda de acordo com Sousa e Filho,

A instituição escolar é um fenômeno relativamente recente na história da humanidade, somente surgiu com a prática corrente, por causa das exigências crescentes de um mundo cada vez mais industrializado. A produtividade demandava trabalhadores melhores preparados para operar máquinas, concertar engrenagens e entender de processos produtivos,

enfim, precisava-se de pessoas que dominassem minimamente os conhecimentos necessários nas fábricas. Neste contexto, a escola seria responsável pelo ajustamento do educando a um mundo mecânico e social (2008, p. 64).

Na visão dos autores acima, se tem a noção de que a escola surge para suprir as necessidades em conformidade com a sociedade atual. A escola precisa assegurar que a educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social que começa no lar e na família.

Carvalho concorda ao escrever:

Como processo de socialização, a educação tem duas dimensões: social – transmissão de uma herança cultural às novas gerações através do trabalho de várias instituições; e individual – formação de disposições e visões, aquisição de conhecimentos, habilidade e valores. A dimensão de poder individual e subordinada à social no contexto de interesses objetivos e relações, neste caso baseadas na categoria idade – geração, seja na família, seja na escola (2004, p. 55).

A escola se constitui num ponto de referência de uma identificação com a família para uma identificação com o grupo social externo.

Ainda, segundo esses autores citados, a fase de inserção da criança na escola representa uma mudança brusca de uma saída de um lugar seguro, que é a família, para um ambiente até então desconhecido, que é o universo escolar, onde ocorrerá uma socialização inevitável e também favorável para a criança.

Médici concorda e completa dizendo que

Na idade escolar o essencial da vida para o pequeno aluno são, indiscutivelmente, as relações que ligam aos outros. Essas relações são também, sem interrupção, marcadas por uma necessidade de valorização. É delas que a criança retira a confiança em si mesmo, a força do seu impulso (1961, p. 49).

Nesta concepção, entende-se que o aprendizado acontece por toda a parte, seja formal ou não, mas é na escola que ele é consolidado e repassado como garantia da perduração da historicidade, de valores sociais, de referências para a continuidade do saber humanizado. A escola torna-se importante não apenas pelo que ensina, mas também pelas relações sociais que oportuniza.

Diante da visão desse autor, observa-se que é o universo escolar atual que deve ser levado em conta quando se reflete ou se propõe ações para promover a integração escola – comunidade, como processo fundamental para o fortalecimento das lideranças escolares e a gestão democrática e participativa nas unidades de ensino público. Deve-se lembrar de que quando se fala em comunidade escolar está

se falando em todo o seguimento de pessoas posicionadas em torno das escolas, que se dedicam às mais variadas atividades, e, com especial ênfase, está se referindo às famílias desses alunos (MÉDICI, 1961).

Fala-se então de duas instituições que estão presentes na maioria do cotidiano das pessoas, pois já se nasce no seio de uma família e a educação é uma necessidade para o exercício pleno da cidadania.

Família e escola são instituições necessárias na construção da personalidade e na formação intelectual, moral e social das crianças. Porém, cada segmento apresenta expectativas em relação ao outro. De certa forma, é difícil estabelecer corretamente qual o limite da tarefa de educar para a família e para a escola, o que acaba por ocasionar conflitos e dificuldades de adaptação e entrosamento entre elas.

Segundo Sebastiani (2009, p. 216), para sublimar conflitos entre escola e família é “preciso compreender que o relacionamento entre pais e professores envolve sentimentos característicos, como medo dos julgamentos, disputa sobre quem conhece melhor a criança, sentimento de culpa dos pais e, superioridade dos professores”.

Partindo desta concepção, entende-se que, mesmo não sendo tarefa tão fácil, espera-se que a escola consiga promover entre professores e pais uma integração, uma colaboração mútua que passa pela confiança e conhecimento, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento harmônico dos alunos.

Segundo Bassedas, Huguet e Solé (1999), as relações entre a família e os professores necessitam ter como objetivo o compartilhar da ação educativa. A responsabilidade das duas instituições deve ser dividida, competindo à família encontrar na escola um apoio para a educação dos filhos e à escola encontrar esse mesmo apoio nas famílias para desenvolver o processo da aprendizagem.

Sebastiani vem respaldar essa ideia colocando que

A responsabilidade compartilhada entre pais e professores permitiu que fossem estabelecidos critérios educativos comuns. Isto é, apesar dos contextos sociais diferentes - escola e casa – é importante que existam acordos com relação a determinadas proibições e permissões. Essa coerência contribui para o desenvolvimento da criança (2009, p. 217).

A autora deixa claro que não se pode esquecer que cada família é diferente, que não existe um modelo padrão de família e que, por isso, não adianta querer que

todas reajam da mesma maneira frente às solicitações. Este fato quase sempre gera comparações e isso nada vai ajudar na vida escolar da criança.

Bassedas, Huguet e Solé expressam esse mesmo pensamento de integração entre família e a escola pontuando que

Quando se faz referência à necessidade de que exista uma relação construtiva e estável entre a escola e família, revelamos a convivência, primeiro, do conhecimento mútuo e, segundo, da possibilidade de compartilhar critérios educativos capazes de eliminar discrepâncias que podem ser prejudiciais à criança. Precisa ficar claro que a escola e família são contextos diferentes e que, nesses contextos, as crianças coisas, pessoas e relações diversas; nisso consiste em parte a sua riqueza e potencialidade (1999, p. 283).

Os autores citados expressam que a integração é muito importante, tendo como pensamento que família e a escola formam uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a única direção em relação aos objetivos que desejam atingir. Ressalta-se que mesmo tendo objetivos em comum, cada uma deve fazer sua parte para que atinja o caminho do sucesso da aprendizagem escolar. O ideal é que família e escola tracem as mesmas metas de forma simultânea, propiciando ao aluno uma segurança na aprendizagem, de modo que venham criar cidadãos críticos, capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade.

Com essa delimitação de responsabilidades, pode ser possível verificar atribuições específicas da família e da escola. Cada instituição precisa assumir sua responsabilidade e trabalhar para isto, valorizando o conhecimento da criança e seu aprendizado, lembrando sempre da importância de uma parceria sadia entre elas.

Nesta concepção, Luckesi propõe que

O conhecimento como compreensão do mundo é fundamental para a ação. Agir e entender constituem dois atos indissociáveis por meio dos quais se amplia a compreensão do mundo e se reordena e reorienta a ação. Dessa forma, o conhecimento possibilita tornar a vida mais satisfatória e organizada (1998, p. 47).

Segundo esse autor, preparar para o mundo e para a cidadania é preparar para o conhecimento da realidade e esta não é uma tarefa que deve ser realizada somente pela família ou somente pela escola, ambas as instituições se integram para o bem da coletividade.

Entende-se que a família é de suma importância para a aprendizagem da criança, uma vez que a mesma é a primeira das muitas células que, reunidas,

constituem a sociedade. Concorrendo com esta educação primeira, encontra-se a escola, que é justamente o local de formalização de todo e qualquer conhecimento. A relação entre estas duas instituições é sinônimo de sucesso e qualidade de ensino. Assim, o próximo capítulo tratou de compreender algumas concepções de aprendizagem, e como a relação estabelecida entre família e escola pode contribuir, ou não, com esse processo de aprendizagem escolar.

### 3. CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM E UMA REFLEXÃO SOBRE ESTA E AS POSSÍVEIS RELAÇÕES ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

A aprendizagem é considerada por alguns teóricos como um processo complexo em que a criança, ou seja, o aprendiz, usa inúmeras formas e mecanismos para aprender.

Torna-se um pouco difícil uma definição precisa de um conceito tão amplo, pois até o momento a ciência e as correntes teóricas levantaram suspeitas, mas sem afirmar com clareza o que ocorre no cérebro quando uma pessoa aprende alguma coisa. Para Rodrigues,

[...] pela impossibilidade de observação direta, a aprendizagem é constatada e estudada de maneira indireta. Ela é estudada através dos efeitos que ela causa no comportamento. Para conceituar aprendizagem, portanto, é preciso analisar as suas consequências sobre a conduta (2003, p. 12).

Essa busca pela aprendizagem parece inata no ser humano, pois desde pequeno sente necessidade de demonstrar o que sabe fazer e que é capaz de aprender. De acordo com Antunes (2001), todo sujeito tem a sua maneira própria de aprendizagem e os meios de construir o conhecimento, e esse processo inicia-se no nascimento e constitui-se em molde ou esquema. É preciso considerar que essa necessidade deve ser estimulada e o ambiente escolar, familiar e social são, sem dúvida, o lugar onde essa aprendizagem ocorre, uma vez que a criança constrói seu saber diário ao observar as pequenas coisas com as quais convive nesses ambientes.

Aprender é a necessidade mais imperativa na vida da criança em sua fase inicial. Na maioria das vezes elas aprendem brincando, de forma espontânea e alegre, com outras crianças de sua faixa etária ou até mesmo com idade superior a sua. Para elas, o importante é adquirir conhecimento em tudo o que fazem.

Na atualidade, devido à sociedade estar inserida em um contexto que sofre constantes modificações estruturais, ela exige do sistema de ensino adaptações que sejam capazes de preparar as crianças para uma vida profissional que atenda às exigências do mercado de trabalho e ainda saber como lidar com as diferentes

situações e emoções. Nesse contexto, cabe ao docente a tarefa de estar preparado diante destas transformações para conduzir o aluno a um bom aprendizado.

Tem-se no educador um dos principais responsáveis pelo sucesso ou insucesso do aprendiz, que tem em mãos a faculdade de trabalhar não apenas o aprendizado de conhecimentos teóricos, mas também a afetividade dos alunos, pois quando a criança aprende a lidar com as diferentes emoções aprende também a superar as diferentes dificuldades que enfrentará durante o percurso não só escolar, mas também na vida profissional e social (ANTUNES, 2001).

É importante salientar que as pessoas aprendem de diferentes maneiras e que sua cognição pode ser encaminhada para encontrar estratégias adequadas para a aprendizagem, ao invés de procurar maneiras de esconder suas dificuldades. Por isso as crianças precisam de um ambiente estimulador, seguro, no qual sejam motivadas a enfrentar suas limitações. No que se refere a isso, Rodrigues destaca que

Quando a criança sente que aprender é uma experiência excitante da qual se pode desfrutar, então isso se transformará em algo que nunca termina, durando toda a vida. As crianças aprendem a esconder suas dificuldades com comportamentos como ser o palhaço da classe, manter-se calada, adoecer, fugir das responsabilidades, demonstrar desinteresse ou, muitas vezes, através do mau comportamento. Com frequência fica isolada, esconde-se ou evita fazer as coisas porque assim ninguém poderá lhe causar dano. Estas máscaras protetoras utilizadas para não serem tachadas de burras, lentas ou intratáveis isolam-nas socialmente (2003, p. 29).

Nesse aspecto, fica claro que essas crianças precisam conhecer seus pontos fortes, necessitam receber incentivos e elogios quando produzem algo, pois aprendem pela imagem de si mesmas que recebem do outro. Pais e professores são os principais responsáveis por instigar na criança o conhecimento de suas capacidades e dificuldades.

Considerando que esse processo de aprendizagem parece gradativo, Moreira (1999) colabora escrevendo que as estruturas cognitivas se formam passo a passo por meio de degraus de equilíbrio, ou seja, as estruturas intelectuais da criança sucedem-se segundo integrações múltiplas, obedecendo à ordem de sucessão das aquisições, em que uma experiência anterior se junta à seguinte proporcionando um equilíbrio final.

Percebe-se, assim, que esse processo de aprendizagem envolve aspectos cognitivos, emocionais e sociais, além disso, aprender e ensinar andam juntos nesse processo, e considerar também dentro desse processo a construção do conhecimento e a construção de si próprio como ser pensante e criativo. Assim, a criança, no ato de aprendizagem, além de aprender coisas novas, constrói sua própria imagem e suas características básicas. A seguir, discorreremos a concepção de dois teóricos relevantes sobre como conceituaram o processo de aprendizagem.

### **3.1 Concepção de aprendizagem segundo Piaget**

Piaget (1896-1980) foi o principal teórico do estudo do desenvolvimento cognitivo. Epistemólogo suíço, biólogo por formação, se dedicou a observar de forma científica e rigorosa o processo em que ocorria a aquisição do conhecimento pela criança.

Para esse autor, a construção do conhecimento ocorre a partir da gênese do sujeito cognoscente. Seu foco é o sujeito epistêmico e este, por sua vez, pode ser definido como aquele que constrói o conhecimento científico do mundo. Fica evidente que o problema central da obra de Piaget é estruturado sobre a questão de como os homens constroem o conhecimento (DESLANDES, 2006).

Embora a teoria de Piaget não seja propriamente uma teoria de aprendizagem, mas uma teoria do desenvolvimento cognitivo, onde a modificação do comportamento é resultante da experiência, trazendo certa dependência do meio, estabelece que esse processo de aprender se dá numa dialética entre assimilar, acomodar e adaptar. Quando uma informação nova chega para o pensamento infantil, causa desequilíbrio, e o organismo, buscando o equilíbrio, passa a assimilar essa nova informação que precisa ser entendida e reconhecida pelo repertório já existente na criança. Após assimilar e reconhecer essa nova informação, a mesma vai se acomodar às informações já construídas, deixando de ser uma nova informação e passando a fazer parte do repertório do pensamento infantil. E assim essa nova informação se adapta ao pensamento da criança, voltando este então ao equilíbrio (OSTERMANN E CAVALCANTE, 2010).

Segundo esse autor, a aprendizagem ocorre através dessa dialética entre esses processos de acomodação e assimilação, como também por meio dos esquemas. O esquema seria um conceito visto como um conjunto de ações interiorizadas as quais podem ser repetidas e generalizadas, com a finalidade de se adequar às situações desafiadoras encontradas no ambiente, sendo estas ações utilizadas pelo sujeito. Esse esquema é mantido somente enquanto tem sucesso. (DESLANDES, 2006).

Dessa forma, para Piaget, a criança tem condições de construir sua inteligência, de acordo com a etapa em que se encontra seu desenvolvimento cognitivo. O educador pode traçar uma proposta pedagógica que considere a etapa em que se encontra a construção da inteligência de seu alunado, possibilitando arranjos e ajustes de maneira a tornar o processo de aprendizagem satisfatório.

### **3.2 Concepção de aprendizagem segundo Vygotsky**

A teoria histórico-cultural ou sociocultural do psiquismo humano de Vygotsky (1996), também conhecida como abordagem sócio interacionista, toma como ponto de partida as funções psicológicas dos indivíduos, as quais classificou de elementares e superiores, para explicar o objeto de estudo da sua psicologia.

Essa teoria de Vygotsky (1996) parte da concepção de que todo organismo é ativo e estabelece contínua interação entre as condições sociais, que são mutáveis, e a base biológica do comportamento humano. Ele observou que o ponto de partida são as estruturas orgânicas elementares, determinadas pela maturação. A partir delas formam-se novas e cada vez mais complexas funções mentais, dependendo da natureza das experiências sociais da criança. Nesta perspectiva, o processo de desenvolvimento segue duas linhas diferentes em sua origem, um processo elementar, de base biológica e um processo superior de origem sociocultural.

Nesse sentido, é lícito dizer que as funções psicológicas elementares são de origem biológica, estão presentes nas crianças e nos animais e caracterizam-se pelas ações involuntárias (ou reflexas) e pelas reações imediatas (ou automáticas) que sofrem controle do ambiente externo. Esse autor considera que as funções

psíquicas são de origem sociocultural, pois resultam da interação do indivíduo com seu contexto cultural e social. Outro ponto de fundamental importância no desenvolvimento das funções psicológicas superiores é o papel desempenhado pela aprendizagem (VYGOTSKY, 1996).

Nos estudos de Vygotsky (1996), as relações entre desenvolvimento e aprendizagem ocupam lugar de destaque, principalmente na educação. Ele pondera que, embora a criança inicie sua aprendizagem muito antes de frequentar o ensino formal, a aprendizagem escolar introduz elementos novos no seu desenvolvimento e enfoca a existência de dois níveis de desenvolvimento. Um corresponde a tudo aquilo que a criança pode realizar sozinha e o outro, às capacidades que estão se construindo, isto é, refere-se a tudo aquilo que a criança poderá realizar com a ajuda de outra pessoa que sabe mais. Esta última situação é a que melhor traduz, segundo o autor, o nível de desenvolvimento mental da criança. Entre esses dois níveis, há uma zona de transição, na qual o ensino deve atuar, pois são pela interação com outras pessoas que serão ativados os processos de desenvolvimento. Esses processos serão interiorizados e farão parte do primeiro nível de desenvolvimento, convertendo-se em aprendizagem e abrindo espaço para novas possibilidades de aprendizagem (VYGOTSKY, 1996).

Em outras palavras, de acordo com o teórico, existem três momentos importantes de aprendizagem. A zona de desenvolvimento potencial que é tudo o que a criança ainda não domina, mas se espera que ela seja capaz de realizar. A zona de desenvolvimento real que é tudo o que a criança já é capaz de realizar sozinha. E a zona de desenvolvimento proximal que é tudo que a criança só realiza com apoio de outras pessoas (VYGOTSKY, 1996).

O trabalho de Vygotsky sobre a zona de desenvolvimento proximal tem possibilitado às escolas papel importante no processo de ensino e aprendizagem, pois este expressa que não há uma criança que não aprenda, ela necessita ser acompanhada, compreendida e conhecida, pois nas atividades pode-se verificar o nível de amadurecimento e a faixa em que ela se encontra.

Dessa maneira, o trabalho do professor será facilitado se ele observar um trabalho diversificado que envolve atividades realizadas em grupos ou individualmente previamente planejadas ou de livre escolha pelo aluno e/ou

professor. Salientando que diversificar não significa formar grupos homogêneos com as mesmas dificuldades, mas a diversidade existente no grupo favorecerá a troca de experiência e o crescimento de cada um. Para Vygotsky (1996), as crianças são o resultado de suas experiências e da troca com o outro, o que ocasiona a aprendizagem. Para compreender seu desenvolvimento é preciso considerar o espaço em que elas vivem e a maneira que constroem significados.

### **3.3 A importância da participação da família na aprendizagem escolar**

A relação entre a escola e a família é, sobretudo nos dias de hoje, uma das mais palpitantes questões discutidas por pesquisadores e gestores dos sistemas e unidades de ensino em quase todo mundo. A escola parece complementar a tarefa do lar, o aperfeiçoamento do caráter, onde se pode encaminhar as tendências individuais para a harmonia e a estabilidade social.

Quanto a isso Paro ressalta que

Com o passar do tempo, a sociedade voltou um olhar mais profundo no que diz respeito à educação, à integração da escola com outras instituições socializadoras. A escola passou a precisar cada vez mais do acompanhamento dos pais no percurso da educação, definindo que o papel é de ambas (1995, p.87).

Entende-se assim que a família tem o papel de transformar a vida dos filhos, de tal maneira, que não há possibilidade de falar em aprendizado sem comentar sobre a importância dos pais no caminhar da vida educacional dos filhos.

A família e a escola são duas instituições muito importantes no desenvolvimento mental, psicomotor, social e efetivo do ser humano. A educação bem-sucedida da criança na família serve de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando adulto. Nesse contexto, a família tem sido, é e será a influência mais poderosa para o desenvolvimento da personalidade e do caráter dos cidadãos (PARO, 1995).

Os pais são uns dos operadores responsáveis pelo bom andamento dos filhos na escola. Cabe aos mesmos, proporcionar ambientes propícios de aprendizagens e participar das ações promovidas pelas escolas, não apenas quando forem convocados, mas sempre que acharem necessário. O diálogo com o professor,

diretor, coordenador pode ajudar e muito os pais a resolverem certas dificuldades encontradas pelo caminho.

Ainda segundo Paro,

é dever da escola complementar a educação familiar apenas o necessário, o que for de competência da família exclusivamente dela, deixar para que ela resolva, se possível ajudando quando a mesma não tiver condições de resolver sozinha. Outra competência da escola é cobrar da família suporte afetivo, apoio, materiais escolares, hábitos saudáveis de saúde, amor e harmonia. A escola poderá apenas complementar esses suportes e quando, por ventura, a família não tiver condições de suprir com alguns desses suportes, a escola deve encaminhá-la para um órgão responsável de assistência social (1995, p.238).

Nota-se aqui, que para uma educação centralizada na formação do caráter moral, emocional e educacional dos indivíduos, esse autor mostra que a evidência de que a família desempenha um papel muito importante, e que os pais são os principais responsáveis pela educação dos filhos, tanto em casa como na escola.

Nessa perspectiva, a família e a escola têm responsabilidade quase indissociável, por isso, é importante que haja uma comunicação entre ambas sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, pois, qualquer problema de um dos lados, com certeza, poderá interferir de alguma forma no outro.

Paro complementa que

Antigamente a escola e os professores recusavam qualquer contato informal com os pais de seus alunos por acharem que sua presença nada tinha a ver com o trabalho pedagógico. Essa atitude mudou, a escola está cada vez mais certa de que necessita da cooperação dos pais na tarefa de educar. Desse modo, esse distanciamento foi sendo superado com a necessidade de que a escola percebeu que precisa estar inteirada com a família, no que diz respeito à educação (1995, p.87).

Com isso, nota-se que a família e a escola podem aproveitar, ao máximo, as possibilidades de estreitamento de relações, porque o ajuste entre ambas, a união e esforços para a educação das crianças redundam, sem dúvida nenhuma, em elemento facilitador de aprendizagens e de formação do cidadão.

Pode-se ressaltar ainda que vários fatores contribuem para essa mudança, o principal é o reconhecimento de que os objetivos buscados pela escola e pela família andam juntos e incluem a sociedade como um todo.

A participação da família no ambiente escolar tem se construído numa constante necessidade frente à resolução de problemas referentes ao desempenho do aluno (PARO, 1995).

Nessa perspectiva, Paro ainda saliente que

Não há como deixar de fora os pais e a comunidade em geral da tarefa de educar e melhorar a qualidade de vida desses alunos. A escola reconheceu que necessita da ajuda e compreensão dos pais para difícil tarefa de educar, e os pais estão cada vez mais tentando participar da melhor maneira possível (1995, p.89).

Portanto, a família e a escola compartilham funções educativas que buscam o conhecimento e o bem-estar do educando. Ambas têm a responsabilidade de apoiar o que foi decidido no outro contexto e favorecer o desenvolvimento do educando, seja quanto à gestão ou quanto ao pedagógico, na busca por oferecer estratégias para o processo de aprendizagem e a formação do cidadão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo buscou mostrar que a família é essencial para o desenvolvimento do indivíduo, independentemente de sua formação, pois, é no meio familiar que o indivíduo tem seus primeiros contatos com o mundo externo, com a linguagem, com a aprendizagem e aprende os primeiros valores e hábitos. Tal convivência é fundamental para que a criança se insira no meio escolar sem problemas de relacionamento, disciplinar, aprendizado, entre outros.

Foi importante verificar que a aprendizagem se caracteriza como modelo desenvolvido em uma rede de vínculos e, conforme a visão dos autores estudados, pode-se citar a família como o primeiro contexto no qual se desenvolvem padrões de socialização onde a criança constrói o seu modelo de aprendiz e se relaciona com todo o conhecimento adquirido na sua vida primária.

As experiências e sentimentos brotados no decorrer do relacionamento cotidiano familiar são de grande influência no comportamento da criança, funcionando como base futura para a interação escolar e motivação da aprendizagem. Desta forma, a família é fator indispensável, não somente na estabilidade emocional da criança como também na educação. Sendo assim, a colaboração familiar afetiva se reflete diretamente no sucesso da tarefa escolar.

Sabe-se que a escola tem grande importância educacional na formação do ser social, por isso, a relação entre a família e a escola é fundamental para que seja criada uma força de trabalho capaz de provocar a mudança da estrutura social. Portanto, a parceria entre ambas é necessária para que, juntas, atuem como agentes facilitadores do aprendizado e desenvolvimento pleno do educando.

Acredita-se, por conseguinte, que a sociedade urge por uma parceria de sucesso entre famílias e escolas, pois só assim pode-se, realmente, implementar a educação de qualidade, que promova o bem-estar de todos. Assim, pode-se alcançar uma sociedade coerente em que seus agentes conheçam e cumpram seus papéis em todos os processos, sobretudo, no processo educacional, sem deixar de lado o familiar e social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula.**

Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1978.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Educação no Brasil: a história das rupturas.**

Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14>> Acesso em: 13. abr. 2015.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Modos de educação, gênero e relações escola-família.** Cadernos de Pesquisa, n. 121, p. 41-58, 2004.

DESLANDES, Keila. **Psicologia: uma introdução à psicologia.** Cuiabá: UFMT, 2006.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho.** 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo: Cortez, 1998.

MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A História da Educação.** Curitiba: Brasil S.A., 2008.

MÉDICI, Ângela. **A escola e a criança.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1999.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org.). **Política educacional: impasses e alternativas**. São Paulo: Cortez, 1995.

OSTEMANN, Fernanda; CAVALCANTE, Claudio. **Teorias de aprendizagem**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

PAIVA, José Maria. História da educação: apontamentos metodológicos. **Revista Diálogo educacional**, Curitiba, n. 14, p. 207-214, 2005.

PARO, Henrique Vitor. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamá, 1995.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Positivo; 2005.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência da criança**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 1995.

RODRIGUES, Almir Sandro. **Teorias da Aprendizagem**. Curitiba: ESDE Brasil, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos teóricos metodológicos da Educação Infantil**. 2. ed. Curitiba: Vozes, 2009.

SOUSA, Ana Paula de; FILHO, Mário José. **A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional**. Rio de Janeiro, jan. 2008.

Disponível em: <<http://www.revistaiberoamericanadeeducación.com.br>>. Acesso em: 18 out. 2015.

TIBA, Içami. **Disciplina, Limite na medida certa**. 41 ed. São Paulo: Gente, 1996.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.